

20ª Semana da Justiça Pela Paz em Casa

Relatório

Apresentação

Este relatório tem o objetivo de apresentar todas as ações desenvolvidas no Estado de Goiás pelo Tribunal de Justiça, em razão da vigésima Semana Nacional da Justiça Pela Paz em Casa. A campanha ocorreu entre os dias 07 a 11 de março do ano corrente, tendo nesta edição como marco o Dia Internacional da Mulher. As Semanas são promovidas pelo Conselho Nacional de Justiça em parceria com os Tribunais de Justiça de todo o país tendo sido incorporadas à Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres por meio da Portaria nº 15/2017 e da Resolução nº 254/2018 ambas do CNJ.

Conforme o Conselho Nacional de Justiça, o programa “**Justiça Pela Paz em Casa**” tem como objetivo ampliar a efetividade da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006), por meio da concentração de esforços para agilizar o andamento dos processos relacionados à violência contra as mulheres. O programa também promove ações interdisciplinares que objetivam dar visibilidade ao assunto e sensibilizar a sociedade para a realidade da violência doméstica que as mulheres brasileiras enfrentam. O referido programa conta com três edições de esforços concentrados por ano, sendo que as semanas que ocorrem em março marcam o Dia Internacional da Mulher, em agosto acontecem por ocasião do aniversário de sanção da Lei Maria da Penha e em novembro pelo fato de que a ONU estabeleceu o dia 25 (do referido mês) como Dia Internacional para Eliminação da Violência contra a Mulher.

Durante toda a 20ª edição da Semana da Justiça Pela Paz em Casa, foram realizadas ações como: palestras referentes ao tema da violência contra a mulher; audiências realizadas por meio eletrônico e híbrido devido a pandemia do Coronavírus. Vale ressaltar que durante todo o evento, foram seguidas as normas dispostas no protocolo de segurança estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde – OMS, para a contenção do Covid-19.

Agradecimentos

Cabe a esta coordenadoria firmar parcerias com entidades públicas e privadas no sentido de realizar ações para orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas voltadas para a ofendida, acusado e familiares. Como agradecimento aos que fizeram parte dessa edição do evento, segue lista dos parceiros institucionais que desempenham papel indispensável nas ações de enfrentamento da violência contra a mulher:

- Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica;
- Associação Comercial, Industrial e Serviços do Goiás;
- Associação dos Magistrados do Estado de Goiás;
- Centro Universo Goiânia;
- Conselho Nacional de Justiça;
- Defensoria Pública do Estado de Goiás;
- Escola Superior da Magistratura do Estado de Goiás;
- Guarda Civil Metropolitana de Goiânia- Projeto Mulher Mais Segura;
- Instituto Brasileiro de Família Goiás;
- Ministério Público do Estado de Goiás;
- Ordem dos Advogados do Brasil Sessão Goiás;
- Polícia Civil – Delegacias Especializadas em Atendimentos à Mulher;
- Polícia Militar – Patrulha Maria da Penha;
- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Goiás;
- Todos Por Elas – Pacto Goiano Pelo Fim da Violência contra a Mulher.

Destaque ainda aos setores estratégicos e administrativos do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, que contribuíram para a realização da 20ª Semana Nacional da Justiça Pela Paz em Casa:

- Divisão de Serviços Gerais;
- Centro de Comunicação Social;
- Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás;
- Diretoria Administrativa;
- Diretoria de Cerimonial;
- Diretoria-Geral;
- Diretoria de Estatística e Ciência de Dados;
- Escola Judicial de Goiás;
- Magistrados e Magistradas dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Varas com competência para casos de violência doméstica e familiar;
- Magistrados e Magistradas que atuaram nos mutirões;
- Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás;
- Secretaria de Gestão Estratégica;
- Serviço de Impressão Digital da Diretoria Administrativa;
- E, aos demais servidores, servidoras, terceirizados, terceirizadas, estagiárias e estagiários do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, que participaram direta ou indiretamente, dessa intensa Semana de atividades.

Estatística da concentração de esforços em processos

Para cada Semana ocorrida, os Tribunais de Justiça dos Estados mensuram seus esforços e encaminham ao CNJ os dados quantitativos sobre os atendimentos realizados. Para que a linguagem acerca dessas informações seja unificada, foram estipuladas variáveis, as quais constituem um questionário on-line. Essas variáveis são explicadas nos glossários que definem, portanto, os princípios metodológicos de coleta das informações.

O procedimento de coleta dos dados é realizado pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, conforme determinado na Resolução nº 254/2018 do CNJ, que recepciona os dados encaminhados pelas unidades judiciárias e pela Diretoria de Estatística e Ciência de Dados.

Palestras e eventos on-line – 1º dia de palestra

Teve início no dia 07 de março de 2022 a cerimônia de abertura da 20ª edição da Semana da Justiça Pela Paz em Casa, promovida pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar de Goiás do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. Na oportunidade, foi feita uma homenagem ao Dia Internacional da Mulher. O evento foi realizado virtualmente, com transmissão pelo canal da Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no YouTube e faz parte do movimento do Pacto Goiano Pelo Fim da Violência Contra a Mulher, implementado pelo governo estadual, em parceria com instituições e órgãos que integram a Rede Estadual de Proteção à Mulher, e conta ainda com o apoio do Centro Universo Goiânia.



Solenidade de abertura

O vice-presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), desembargador Zacarias Neves Coelho, na ocasião representando o presidente do TJGO, desembargador Carlos França, participou da solenidade de abertura da 20ª Semana Nacional da Justiça Pela Paz em Casa. O evento é uma organização da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJGO, presidida pela desembargadora Sandra Regina Teodoro Reis, e que nesta edição atua de forma alinhada à Rede de Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres, integrada pelo Ministério Público do Estado de Goiás, Defensoria Pública do Estado de Goiás e Guarda Civil Metropolitana de Goiânia.



O desembargador Zacarias Neves Coelho elogiou o trabalho diligente da desembargadora Sandra Regina Teodoro Reis à frente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, bem como do vice-coordenador em exercício, o juiz Vitor Umbelino Soares Júnior, e da equipe da coordenadoria. “O Tribunal de Justiça não tem medido esforços para minimizar as agruras das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, e nessa tarefa tem contado com o apoio incondicional de diversos atores que também integram o sistema de Justiça, como o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Polícia Judiciária, e a própria Ordem dos Advogados do Brasil em Goiás”, enfatizou. Ele também ressaltou a atuação do Poder Judiciário Estadual no combate a esse tipo de violência, por meio da formação continuada da magistratura e do funcionalismo, e da articulação, interna e externa, com outros órgãos governamentais, e não governamentais.



Representando o governador do Estado, Ronaldo Caiado, a procuradora-geral do Estado, Juliana Pereira Diniz Prudente, parabenizou a iniciativa do Judiciário e destacou o papel da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJGO na sensibilização e no combate à violência de gênero. “Segundo a Organização Mundial de Saúde, 90% dos casos de feminicídio são praticados pelos parceiros das vítimas, e infelizmente o Brasil está entre os dez países com maior índice de crimes dessa natureza”, citou a procuradora-geral de Goiás, Juliana Diniz, durante a solenidade de abertura da 20ª Semana Nacional da Justiça Pela Paz em Casa.



“A Semana Nacional da Justiça Pela Paz em Casa representa não somente a consolidação de um programa que vem sendo desenvolvido nacionalmente, mas também um momento em que é possível o exercício da proteção e defesa das mulheres em situação de violência”, salientou o procurador-geral de Justiça, Aílton Flávio Vecchi. Ele ressaltou que para o Ministério Público do Estado de Goiás é fundamental a convergência entre órgãos e poderes reunidos na missão de fortalecer as redes de apoio e enfrentamento à violência contra as mulheres.



Dr. Domilson Rabelo da Silva Júnior - Defensor Público-Geral do Estado de Goiás

Também presente à solenidade de abertura da 20ª Semana Nacional da Justiça Pela Paz em Casa, o defensor público geral do Estado de Goiás, Domilson Rabelo da Silva Júnior, lembrou que a sociedade experimenta um momento de aumento da violência doméstica, também em função das mudanças comportamentais familiares exigidas pelo cenário da pandemia. “A efetividade no enfrentamento

da violência doméstica contra as mulheres é fortalecida por uma atuação unida e coordenada dos integrantes do sistema de Justiça, e o Poder Judiciário Estadual tem se antecipado nessa atividade de forma atuante e magistral”, ressaltou Domilson Rabelo da Silva Júnior.



Dr(a) FERNANDA TERRA DE CASTRO COLICCHIO - Secretária-Geral Adjunta da OAB-GO
Representando o Presidente da OAB-GO - Dr. RAFAEL LARA MARTINS

Para a secretária-geral adjunta da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Goiás (OAB-GO), Fernanda Terra de Castro Collicchio, no evento representando o presidente da OAB-GO, Rafael Lara Martins, o assunto revela uma violência de aspecto cultural, caracterizada por uma sociedade machista e patriarcal. “O tema é caro para todos nós, mas, sobretudo, para os operadores do Direito, que trabalham incansavelmente pela manutenção da Justiça e das

leis, e pelo estado democrático de direito”, analisou Fernanda Terra.

“Reafirmamos nosso compromisso com a sociedade, e, em especial, com a qualidade de vida das mulheres”, enfatizou a presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJGO, desembargadora Sandra Regina Teodoro Reis, durante a exibição de um vídeo institucional da Coordenadoria na abertura da 20ª Semana Nacional da Justiça Pela Paz em Casa. A desembargadora também destacou a relevância do fortalecimento da rede de apoio e proteção às mulheres em situação de violência. “Queremos transformar histórias com a ajuda de todas e todos que lutam por essa causa”, ressaltou Sandra Regina Teodoro Reis.



Juiz de Direito - Dr. Vitor Imbéliano Soares Junior
Coordenador em exercício da Coordenadoria Estadual da Mulher
em Situação de Violência Doméstica e Familiar

O titular do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da comarca de Goiânia, e coordenador em exercício da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e

Familiar do Poder Judiciário Estadual, juiz Vitor Umbelino Soares Júnior, parabenizou a atual administração do TJGO, chefiada pelo desembargador Carlos França, “pelo profícuo trabalho e avanços que vem realizando na efetiva e célere prestação jurisdicional”. O magistrado também ressaltou que o objetivo da organização do evento é propor o diálogo sobre uma temática que ainda aflige boa parte das mulheres brasileiras e goianas.

“Estamos diante de uma oportunidade ímpar para refletirmos não apenas a respeito da violência doméstica, mas igualmente sobre a acessibilidade da mulher, vítima de violência ao sistema de Justiça”, destacou Vitor Umbelino Soares Júnior ao avaliar que ações práticas inovadoras podem interromper e coibir a violência contra as mulheres.



Promotora de Justiça do MP - SP, Dra. Gabriela Manssur



A palestra inicial do evento, “Novas Perspectivas no Enfrentamento à Violência Doméstica Contra a Mulher”, ministrada pela especialista na promoção e defesa dos direitos das mulheres e fundadora do Instituto Justiça de Saia, a promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), Gabriela Manssur, e mediada pelo titular da 10ª Vara Criminal dos crimes punidos com reclusão da comarca da capital e vice-coordenador da Coordenadoria Estadual da Mulher, juiz André Reis Lacerda, foi apresentada pela titular da 2ª Vara Judicial da comarca de Mozarlândia, juíza Marianna de Queiroz Gomes, que também integra a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJGO.

“Quero parabenizar o diligente e importante trabalho da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário goiano ao fortalecer a luta pelo combate da violência contra as mulheres”, disse a palestrante e promotora de Justiça do MP-SP, Gabriela Manssur, durante sua apresentação. Ela observou que os índices e dados alarmantes continuam a preocupar a sociedade, mesmo diante de tantos avanços alcançados nas mais diversas áreas do conhecimento humano. “A violência doméstica contra a mulher começa com o machismo escancarado na sociedade brasileira, que convive com comportamentos de submissão e inferioridade, culminados pela violência moral, psicológica e física”.

Estiveram virtualmente presentes na solenidade de abertura da 20ª Semana Nacional da Justiça Pela Paz em Casa, o juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, Gustavo de Assis Garcia; a diretora da Escola Superior de Advocacia de Goiás (ESA-GO), Antônia Chaveiro; a promotora de Justiça do MP-GO, Tamara Botovchenco Rivera; a presidente nacional da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ), Manuela Gonçalves Silva; a defensora pública da DPE-GO, Gabriela Marques Rosa Hamdan; a comandante do Batalhão Maria da Penha da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO),

tenente-coronel Neila de Castro Alves; a coordenadora da Patrulha Mulher Mais Segura da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia, Luiza Sol; o secretário de Desenvolvimento Social do Estado de Goiás (Seds), Wellington Matos de Lima; a secretária de Estado de Educação, Aparecida de Fátima Gavioli; as conselheiras da OAB, em âmbito nacional, Aryanna Garcia Teles e Layla Milena Oliveira Gomes; a presidente da Comissão da Mulher Advogada da OAB-GO, Fabíola Ariadne Rodrigues Oliveira; o subsecretário de Segurança Pública de Goiás, coronel Agnaldo Augusto da Cruz, na ocasião representando o secretário estadual de Segurança Pública, Rodney Miranda; a reitora da Universidade Federal de Goiás, Angelita Lima; a reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), Oneida Cristina Gomes Barcelos Irigon; a secretária-adjunta da Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás (CASAG), Wanessa Pinheiro, entre outras autoridades.

Tivemos, dois mil e cinquenta um (2051) inscritos para esse evento e até o dia 21 de março, três mil e oitocentos e sete visualizações (3.807) visualizações no canal do You Tube da Ejug.

2º dia de palestra

A programação do segundo dia da 20ª Semana da Justiça pela Paz em Casa, foi marcada pela palestra da presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), desembargadora Sandra Regina Teodoro Reis, no evento Webinar Will Brasil (Women in Lenovo Leadership) – Mulheres na Liderança para Inspirar sua Trajetória. A desembargadora foi convidada pela empresa Lenovo para participar do evento, que tem o objetivo de abordar os aspectos para o crescimento, contribuição e visibilidade da mulher dentro da corporação, ampliando a conscientização acerca do tema.



“Quero agradecer a calorosa recepção, e externar minha satisfação em compartilhar minhas experiências e lutas neste projeto maravilhoso, que dá voz às mulheres, e contribui com suas conquistas e trajetórias”, destacou a presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), desembargadora Sandra Regina Teodoro Reis, durante o evento. Ela discorreu sobre sua história de vida, desde o seio familiar, o apoio e a dedicação aos estudos, incentivados por seus pais Sílvia Fraissat Reis, e o saudoso ex-presidente do TJGO, desembargador Felelon Teodoro Reis, “coroadado pela duradoura e empenhada carreira de magistrada”, ressaltou.

Conforme a desembargadora Sandra Regina, “a observação científica de fatos, culturas e estruturas sociais demonstra que a disposição da maioria das sociedades estava organizada a partir da desigualdade

entre homens e mulheres, prevalecendo a superioridade masculina e a discriminação feminina”. Ela também analisou que a teorização sobre questões de gênero são relevantes, na medida em que traz luz à realidade de igualdade entre homens e mulheres. “As marcas do machismo estão muito naturalizadas em nossa sociedade, e precisamos despertar para questionamentos de estruturas e aspectos culturais que podem ser mutáveis”, ressaltou a presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), desembargadora Sandra Regina Teodoro Reis.

Roda de conversa no 2º dia



Profª Maria Meire, Flávia Ferro, Gilvan Glóveiro, Mara Crisina, Carlos Gonçalves, Daniela de Pádua, Lucelma Messias, Ariel Rodrigues, Dr. Vitor Umbelino, Bárbara Leão, Fernanda, Derivete Nascimento, Júlio Cesar, Ana Beatriz, Sherloma Aires e Giovane Rocha

Uma parceria entre o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) e a Universidade Federal de Goiás (UFG) dará origem a uma cartilha de equidade e diversidade de gênero. Para isso, foi assinado no dia 8 de março no Dia Internacional da Mulher, um termo de parceria entre o Poder Judiciário goiano e a Universidade Federal de Goiás. O trabalho será desenvolvido não só para o âmbito interno, mas também beneficiará toda a sociedade civil. O termo foi assinado pelo coordenador do Comitê de Equidade e Diversidade de Gênero e vice-coordenador da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, juiz Vitor Umbelino Soares Júnior, e pela professora Maria Meire Carvalho, do Coletivo Feminista G-Sexy, dentro da programação do segundo dia da 20ª Semana Nacional da Justiça Pela Paz em Casa.



Juiz de Direito Vitor Umbelino Soares Junior
Coordenador em exercício da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar e Coordenador do Comitê de Equidade e Diversidade de Gênero do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



Momento da assinatura do Termo de Acordo de Cooperação entre o Comitê de Equidade e Diversidade de Gênero e o Coletivo G-Sexy

Para o juiz Vitor Umbelino, o dia 08 de março é um dia de “comemorar vitórias e avanços, mas também de lembrar da situação de inúmeras mulheres que sofrem, diuturnamente, com o fenômeno da violência”. O magistrado pontuou, ainda, que diante dos problemas da discriminação de gênero e desigualdade entre homens e mulheres, é importante estender “a reflexão sobre essa questão da igualdade de gênero não só na sociedade, mas no âmbito das nossas próprias instituições. E o TJGO dá um passo importante não só com a criação do comitê, mas com uma ação concreta no sentido da assinatura da cartilha da igualdade e respeito à diversidade de gênero”.

Na avaliação do juiz Vitor Umbelino, as repostas às violências aos direitos humanos ainda são insuficientes. “É preciso enfrentar as deficiências, compreendendo o regime abrangente da legislação

internacional e nacional de promoção dos direitos humanos e aplicação a todas as questões de equidade e diversidade de gênero”, destacou o magistrado.



Professora Maria Meire de Carvalho
Coordenadora de Políticas Familiares do TJGO, Ex-Comitê de Equidade e Diversidade do TJGO e do TJGO



Mara Cristina
Mestre de Leitura



Barbara Alves
Paralela Social do Coletivo Feminista G-Sex do TJGO

Representante do Coletivo Feminista G-Sex, a professora Maria Meire Carvalho leu um poema de sua autoria chamado “Maria”, onde ressalta a importância de defender outras mulheres. O G-Sex completa 13 anos em 2022, “um trabalho acadêmico e comunitário de luta em prol de todas as mulheres, contra violência, racismo e todas as formas de violência”, declarou a professora, para quem a parceria entre o Comitê de Equidade do TJGO e o Coletivo G-Sex é “um momento histórico”.



Bárbara Leão, Ariel Luz e Letícia Garces
Painel de Discussão

Este segundo dia da 20ª Semana Nacional da Justiça Pela Paz em Casa também trouxe a participação da empresária Bárbara Rodrigues Leão e da analista de cultura Ariel Luz M. P. Rodrigues, duas mulheres trans que contaram suas histórias e os desafios que enfrentaram e enfrentam ao longo da vida. O bate papo foi mediado pela advogada e integrante do Coletivo Feminista G-Sex, Letícia Garces de Souza. A advogada apresentou alguns dados relacionados à população trans no Brasil: o país é o que mais mata pessoas transgêneros no mundo; 90% vivem à margem do trabalho formal e grande parte vai para prostituição ou criminalidade. Ela ressaltou a importância de políticas públicas educacionais para mudar essa realidade.

“A representatividade gera um reconhecimento e ele contribui para que as pessoas se interessem, para que a população trans perceba que existem outras oportunidades, que cada uma de nós podemos sim conseguir ser advogada, juíza, empresária, que podemos sim ocupar o nosso lugar na sociedade”, declarou Letícia, destacando, ainda, o direito ao nome social e lembrando, inclusive, que o Poder Judiciário Estadual garante a inclusão do nome social nos processos.

“Eu vim conseguir ser chamada de Bárbara Rodrigues Leão no Brasil tem, mais ou menos, um ano e eu sou Bárbara Rodrigues Leão há mais de 30 anos”, contou a empresária, vítima de bullying durante toda a infância e adolescência. Para Bárbara, o ponto mais importante a ser abordado é a educação da família da criança trans e também o apoio da escola. “Deixo uma reflexão para se amar mais as crianças trans. Como ajudar para não sofrer. A base é o amor. Para chegar onde chegamos é uma luta constante, e

precisamos de mais oportunidades para mostrarmos que somos como qualquer outra mulher, só precisamos de ajuda, força e muito amor de todos para chegarmos até aqui”, apontou a empresária.

Idealizadora do projeto TransMISSion, o primeiro concurso de miss para mulheres trans com propósito social, Ariel Luz M. P. Rodrigues também acredita que a educação é um divisor de águas na vida das pessoas trans ou cisgêneros. “A minha vida trans começou aos 40 anos, mas foi graças à minha graduação que comecei a ter acesso à empregabilidade digna, decente e com salário bacana”, disse Ariel, explicando que o TransMISSion busca empoderamento, empregabilidade e capacitação dessas mulheres.

“Temos de chamar a atenção da sociedade, não basta acreditar que vai vir da política, das pessoas que têm poder, a gente tem de pedir para a sociedade aparecer e exigir que sejamos tratadas como todo mundo merece ser tratado. O mais importante é colocar na cabeça das pessoas que elas podem ser o que elas quiserem”, indicou Ariel.

Concurso TransMISSion

Ao final da palestra, as finalistas do concurso TransMISSion 2022 foram anunciadas. Confira o nome das dez selecionadas: Bheatriz Emanuelle, Bruna Oliveira, Céu Abreu, Choyces Silva, Diana D’arc, Emily Reis, Karlla Eduarda, Lana Luisa, Luiza Aibar, Regina Barbosa.



Tivemos, dois mil e cinquenta um (2051) inscritos, um mil e oitocentos (1.800) visualizações no canal do You Tube da Ejug no segundo dia de palestra da 20ª Semana Pela Paz em Casa.

3º dia de palestra

No dia 09 de março a programação da 20ª Semana da Justiça pela Paz em Casa, teve prosseguimento com a realização da palestra sobre o tema, Rompendo o Silêncio, com o promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás (MPGO) e coordenador da força-tarefa do caso João de Deus, Luciano Miranda. A conferência virtual teve como mediadora a diretora executiva dos Grupos Reflexivos Relacionados à questão de gênero no TJGO, juíza Marianna de Queiroz Gomes, que também integra a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar.



O titular do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da comarca de Goiânia, e coordenador em exercício da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário Estadual, juiz Vitor Umbelino Soares Júnior, fez o discurso de abertura de forma on-line e lembrou da importância de ser discutido e trabalhado o combate contra a violência a mulher. O magistrado agradeceu a presença e apoio dos juízes e servidores presentes.



Promotor de Justiça Dr. Luciano Miranda



Juíza Dra. Mariana Queiroz

Luciano Miranda fez um breve resumo de seu trabalho como coordenador da força-tarefa do caso João de Deus e mostrou como precisa ser mudada a visão que do que é abuso sexual e de como ocorre esse abuso e do porquê vítimas não denunciam agressões por causa das manipulações que sofrem por conta de seus agressores. "Esta questão de vulnerabilidade sempre tem que ser estudada no contexto do abuso sexual." disse o promotor.

Em sua apresentação, Luciano Miranda deixou claro que a questão do que é vulnerabilidade deve ser repensada. Pois não apenas vítimas em estado de alto grau alcoólico ou drogadas sejam consideradas em estado de vulnerabilidade, mas também vítimas que não tenham tido condições por alguma outra questão. O palestrante também lembrou sobre como os meios de denúncia, que são aplicados atualmente, não são facilitadores. "Tanto por meio da sociedade, quanto por meio da justiça, pois são, muitas vezes, vexatórias", citou.

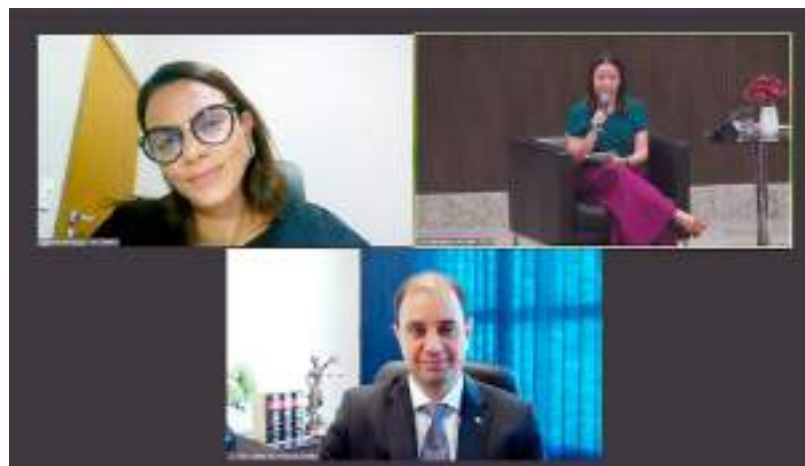
O promotor deixou claro que estupro não é só penetração, e falou como muitas vítimas não sabem que são vítimas, e apenas quando veem denúncias que percebem que também sofreram abusos. Disse, ainda, que as denúncias foram encorajadoras para que denunciasses pois viram que o que participaram e sofreram foi abuso e devia ser denunciado, mas também mostrar que há amparo as vítimas faz com que elas consigam denunciar. E quão importante é que consigam romper o silêncio pois ajudam que outras vítimas não sofram o mesmo abuso.



Juíza Marianna Queiroz e equipe técnica que participou dos bastidores da palestra do dia 09 de março

Tivemos, dois mil e cinquenta um (2051) inscritos, um mil e oitocentos (1.800) visualizações no canal do You Tube da Ejug, no terceiro dia de palestra da 20ª Semana Pela Paz em Casa até o dia 21 de março de 2022.

4º dia de palestra



4º dia de palestra - Juíza Sabrina Rampazzo, Psicóloga Daniele Rodrigues e o Juiz Vitor Umbelino

Dando continuidade aos eventos da 20ª Semana da Justiça pela Paz em Casa no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), a juíza Sabrina Rampazzo, titular do Juizado de Violência Doméstica e Familiar da comarca de Jataí, falou sobre a temática Experiências e Ações Desenvolvidas pelos Juizados de Violência Doméstica contra a Mulher. A palestra, que foi mediada pela psicóloga da Coordenadoria Estadual da Mulher, Daniela Rodrigues Nascimento e transmitida pelo canal do Youtube da Ejug, trouxe as informações sobre os direitos, prevenção, tipos de violência previstos da Lei Maria da Penha e como são os trabalhos no Juizado de Violência Doméstica de Jataí.

Sabrina Rampazzo destacou ainda a importância de trabalhar com a rede de proteção de forma articulada. Segundo ela, são realizadas reuniões com a rede, propondo soluções, de que forma cada órgão pode contribuir, encaminhamento das vítimas, padronização de atendimentos, criação de estratégias para que a mulher que pediu a medida protetiva esteja em segurança e etc. “Hoje, o juizado assume o papel de articulador da rede de proteção. É preciso sair do gabinete, é preciso articular com a rede já existente, fortalecê-la, ampliá-la, pois só o atendimento articulado, integral e multidisciplinar poderá atender às mulheres em situação de violência”, informou a magistrada.

Ela ainda relatou sobre a importância de uma delegacia especializada no atendimento à mulher vítima de violência doméstica. “A mulher chega lá e encontra outras mulheres igual a ela. O ambiente é mais diferenciado, acolhedor, mais sensível e humanizado”, disse. Pensando nisso, Sabrina Rampazzo destacou a sala de espera no fórum de Jataí. “O local é de acolhimento às vítimas a fim de evitar contato visual com o autor de violência”, explicou.

A juíza falou da parceria feita com as mulheres advogadas da OAB de Jataí, o que garante assistência às mulheres em situação de violência em todas as fases do processo criminal, na própria delegacia e visando defender seus direitos na seara civil também. “Além disso, os autores de violência passam por comunidades terapêuticas encaminhadas pelo juizado”, informou.



Juíza Sabrina Rampazzo

Segundo Sabrina Rampazzo, o Poder Judiciário, no combate à violência contra a mulher, reside não só na possibilidade de responsabilização penal do ofensor, mas, sobretudo, em impactar positivamente a vida das mulheres em situação de violência. “Devolvendo dignidade e cidadania, cumprindo com o seu papel não só de processar e julgar com base no devido processo legal, mas, sobretudo, em atuar com o dever de devida diligência, com perspectiva de gênero e de traumas, já que a violência doméstica é um trauma com sequelas irreversíveis. Não só leis constroem gênero, as decisões, também”, salientou, ao lembrar que decisões proferidas com perspectiva de gênero caminham no sentido de produção da justiça e não de reprodução de injustiças, sendo esse o grande mister do Judiciário.

“Responder pelo Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Jataí é um privilégio. É poder ajudar outras mulheres, justamente as vulnerabilizadas”, disse a magistrada. Porém, ela frisa não ser uma tarefa fácil, pois não basta processar o réu. A Lei Maria da Penha e os tratados internacionais ratificados pelo Brasil, conforme explica, exigem do Poder Judiciário o dever da devida diligência e não apenas que a observância ao devido processo legal, exigem que o Judiciário não seja neutro diante da discriminação e estereótipos de gênero, mas que atue com perspectiva de gênero. “Desta feita, a minha atuação frente ao Juizado vem buscando fazer frente não só ao aspecto da repressão penal, mas, também, como exige a Lei Maria da Penha, à prevenção, à proteção, à reparação dos danos, tentando assegurar às mulheres todos os direitos que a própria lei lhe assegura”, enfatizou.

Sabrina Rampazzo também ressaltou que as ações a serem tomadas para a diminuição dos casos de violência perpassam necessariamente pela prevenção, o que demandam ações junto às redes municipal e

estadual de educação, pela efetivação de políticas públicas, ações e recursos voltados ao enfrentamento à violência doméstica, criação de mais Juizados Especializados, criação de delegacias especializadas, capacitação dos magistrados e demais atores do sistema de justiça, fortalecimento da rede de proteção para um atendimento articulado e integral, sensibilização e informatização da sociedade em geral com campanhas educativas, pela promoção de estudos e pesquisas para sistematização de dados.

Tivemos, dois mil e cinquenta um (2051) inscritos, um mil e quatrocentos (1.400) visualizações no canal do You Tube da Ejug no quarto dia de palestra da 20ª Semana Pela Paz em Casa até o dia 21 de março de 2022.

8º dia de palestra – Palestra de encerramento



Cerimonialista, Mara Cristina e a Assistente de Secretária, Daniela Rezende da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar



Vitor Umbelino Soares Junior, titular do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Goiânia e representantes da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia (GCM)

No encerramento das atividades da 20ª Semana da Justiça pela Paz em Casa, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) realizou, palestra com o titular do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da comarca de Goiânia, e coordenador em exercício da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJGO, juiz Vitor Umbelino Soares Júnior, que abordou o tema Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres: Estratégias e Novas Perspectivas, com a participação de representantes da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia (GCM). O evento, transmitido ao vivo pelo canal da Ejug no YouTube, teve mais de 8 mil visualizações.

Vitor Umbelino começou falando sobre os tratados internacionais que, conforme ele, são tão importantes para o sistema de igualdade e enfrentamento à violência contra a mulher. Ele citou a

Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra a Mulher (CEDAW), de 1979, a Convenção de Belém do Pará, de 1994; a Constituição Federal de 1988, artigo 226. O magistrado também fez um histórico da Lei Maria da Penha e falou das recomendações da Comissão Interamericana.

Segundo ele, a Lei Maria da Penha foi uma mudança de paradigma. “A primeira mudança substancial que a Lei 11.340 trouxe foi a mudança de paradigma cultural. É uma lei conhecida por quase toda a população e que trouxe para a agenda pública um assunto que antes estava na vida privada”, ressaltou, ao abordar também os fundamentos normativos e objetivos da lei.

Com relação à criação dos Juizados de Violência Doméstica e a competência, Vitor Umbelino lembrou o enunciado do Fonavid que diz “A competência cível dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher é restrita às medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha, devendo as ações cíveis e as de Direito de Família serem processadas e julgadas pelas varas cíveis e de família, respectivamente”. Em seguida, ele explicou que as medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha são destinadas a dar uma maior efetividade à busca pela proteção à mulher vítima de violência no ambiente doméstico, familiar e afetivo.

Segundo o juiz, a rede de enfrentamento da violência contra as mulheres diz respeito à atuação articulada entre as instituições e serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade em geral, visando ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas que garantam o empoderamento e a construção da autonomia das mulheres, os seus direitos humanos, a responsabilização dos agressores e, especialmente, a assistência qualificada às mulheres em situação de violência.

Já a rede de atendimento, conforme salientou, faz referência ao conjunto de ações e serviços de diferentes setores que visam à ampliação e à melhoria da qualidade do atendimento, à identificação e ao encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência e à integralidade e à humanização do atendimento. “Assim, é possível afirmar que a rede de atendimento às mulheres em situação de violência é parte da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres, contemplando o eixo da assistência” que, segundo o previsto na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, objetiva garantir o atendimento humanizado e qualificado às mulheres em situação de violência”, ressaltou.

Ao finalizar, o juiz Vitor Umbelino enfatizou as estratégias de prevenção à violência. “Nova lógica de intervenção policial; atuação multidisciplinar do sistema de Justiça com outras instituições; implementação de programas específicos no âmbito das forças policiais; avaliações de risco; medida de monitoração eletrônica e políticas públicas de incentivo e reinserção de mulheres economicamente dependentes ao mercado de trabalho”, enumerou.



Coordenadora da Patrulha Mulher Mais Segura da Guarda Civil Metropolitana (GCM), Tenente Coronel - Luiza Sol

A coordenadora da Patrulha Mulher Mais Segura da Guarda Civil Metropolitana (GCM), Luiza Sol, falou sobre o trabalho desenvolvido pela corporação. Segundo ela, a patrulha tem o objetivo de oferecer um atendimento diferenciado às vítimas de violência doméstica, além de fiscalizar as medidas protetivas que são pedidas pelas vítimas. “Nessas visitas, o intuito é verificar se o agressor realmente se afastou e se a mulher está mesmo protegida”, disse.

Para Luiza Sol, a rede de enfrentamento tem o objetivo de levar Justiça e dignidade às vítimas e é composta por diversos núcleos que oferecem atendimento gratuito nas áreas jurídicas, da saúde e psicológica, além de oferecer cursos de capacitação profissional. Ela informou ainda que, para os agressores, existe um grupo reflexivo para reavaliar suas atitudes.

Representando a Corregedoria Geral da Justiça de Goiás (CGJGO), o juiz corregedor Gustavo Assis Garcia levou apoio ao relevante programa do TJGO e falou da importância em conscientizar as pessoas acerca dos direitos da mulher e da proteção legislativa. A juíza Sabrina Rampazzo destacou que o evento é fundamental não só pela celeridade no julgamento das ações, mas também pelos eventos organizados pelos juízes e pela rede de enfrentamento à violência contra a mulher.

Pelo Chat, Marjory Sukiyama destacou que o evento é fundamental para sociedade e parabenizou a todos os envolvidos. “Foi uma semana incrível de conhecimento, parabéns a todos pela organização. Parabéns!”, escreveu Emerson Rodrigues de Oliveira. Assim como também elogiou Sarah Pamplona que disse: “Que semana incrível, apaixonada pelas palestras”.





Tivemos, dois mil e cinquenta um (2051) inscritos, um mil e duzentos (1.200) visualizações no canal do You Tube da Ejug, na cerimônia de encerramento da 20ª Semana Pela Paz em Casa até o dia 21 de março de 2022.

Ações realizadas no interior durante a 20ª Semana Pela Paz em Casa - Luziânia

As magistradas da comarca de Luziânia, Flávia Nagato, Célia Regina Lara, Ítala Colnaghi Schmidt e Luciana Oliveira Maia participaram, no último domingo (13) da “Corrida Unidos pela Paz – Combate à violência contra a Mulher”. O evento de cunho social e esportivo, promovido por meio de parceria entre os poderes Judiciário, Legislativo e Executivo locais, encerrou as comemorações da Semana da Justiça pela Paz em Casa naquela comarca, e teve também a colaboração das polícias Civil, Militar, Técnico-Científica e Penal, bem como do Centro de Atendimento à Mulher de Luziânia (CEAM), cartórios extrajudiciais, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-GO), Ministério Público local e Guarda Civil Municipal.

Ainda, como parte do evento, foi realizada uma mesa de debates sobre o tema violência doméstica, mediada pela titular do Juizado de Violência Doméstica de Luziânia, juíza Ítala Colnaghi Bonassini Schmidt, com a participação da diretora do Foro e titular da 1ª Vara de Família e Sucessões da comarca, juíza Flávia Nagato; da presidente da OAB-GO/ seccional de Luziânia, advogada Thaís Paiva Lima; do secretário de Segurança Pública Municipal, coronel Marques Nunes de Azevedo; bem como da comandante da patrulha Maria da Penha do 10º Batalhão da Polícia Militar de Luziânia, subtenente Arali de Souza; do delgado da Delegacia da Mulher local, Pedro Teixeira; da psicóloga do CEAM de Luziânia, Daiane Dutra, além da representante da Comunidade Terceiro Setor – Instituto Somos Rosas, Cristiane Silva, e do representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Jesley Augusto.



Corrida Unidos pela Paz comarca de Luziânia



Mesa de debates sobre o tema violência doméstica, mediada pela titular do juizado de Violência Doméstica de Luziânia, Juíza Ítala Colnaghi Bonassini Schmidt



Juízas, Flávia Nagato e Alice Teles de Oliveira

A organização do evento também disponibilizou aos participantes atendimentos e orientações a respeito da violência doméstica e do programa Pai Presente. O Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Luziânia ainda realizou 46 audiências no mutirão “Semana da Paz em Casa”, com o apoio das juízas Flávia Nagato e Alice Teles de Oliveira.

Rio Verde

A violência contra a mulher ainda é um desafio para a sociedade, e, para garantir a proteção a essas mulheres, é preciso agilidade. No Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da comarca de Rio Verde os pedidos de medidas protetivas são analisados e as decisões proferidas no mesmo dia. A unidade judiciária, que tem como titular o juiz Rodrigo de Melo Brustolin, conta com 2.700 processos em tramitação. Priorizando a celeridade processual com o objetivo de dar uma resposta rápida às mulheres que buscam o Poder Judiciário, a unidade judiciária de Rio Verde também aderiu à 20ª Semana Nacional Justiça Pela Paz em Casa. Durante os cinco dias de evento, que acontece de 7 a 11 de março, foram designadas 55 audiências relacionados à Lei Maria da Penha, antecipando e concentrando as pautas.



Para o juiz Rodrigo de Melo Brustolin, a responsabilidade em comandar o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em uma cidade como Rio Verde é grande, já que o número de processos que entram na unidade é um dos maiores da comarca. Segundo ele, em média são analisados cinco pedidos de medidas protetivas todos os dias. “Aqui, nós lidamos somente com pessoas consideradas como mais vulneráveis em uma relação familiar. Nossa função é tentar trazer a Justiça de uma forma a resguardar a integridade física e psicológica dessas vítimas, seja por meio das medidas preventivas, como, por exemplo, a medida protetiva de urgência ou das medidas repressivas, que seriam uma eventual condenação do agressor após o julgamento”, destacou.

Pensando em minimizar o sofrimento das mulheres vítimas de violência e proporcionar um atendimento mais humanizado, o juiz teve a ideia de pintar as paredes da sala de audiências da cor lilás – cor que representa acolhimento e calma. No local, as vítimas se sentem mais à vontade para relatar e falar sobre a violência sofrida. “A vítima sofre duas vezes, quando o fato acontece e sofre de novo quando vem ao fórum para contar. Na tentativa de suavizar esse segundo sofrimento, a gente pensou em adotar essa medida para tentar acolher melhor essa vítima e minimizar esse segundo abalo”, ressaltou o magistrado, ao lembrar que as vítimas estão em momentos de fragilidade física e emocional.

A delegada da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (Deam) de Rio Verde, Jaqueline Carvalho Machado, fez questão de ressaltar a atuação rápida do Judiciário. “Aqui, as medidas protetivas chegam ao Judiciário e, no mesmo dia, temos a decisão. Nós, sozinhos, não conseguimos fazer praticamente nada, mas unidos temos condições de atender essas mulheres muito melhor e dar a elas mais suporte”, disse ela, após o juiz Rodrigo de Melo Brustolin assinar, às 20 horas, no shopping da cidade, uma medida protetiva em que a vítima procurou a delegacia pouco antes, às 16h30.



A assinatura da medida protetiva foi realizada em um evento promovido pela Polícia Cível local, promovido nesta nesta terça-feira (8), dia em que se comemora o Dia Internacional da Mulher. O

objetivo é conscientizar a população sobre a importância de ações voltadas ao combate à violência contra a mulher. Segundo ela, no ano passado foram registrados dois casos de feminicídio. “Nesses dois casos, as vítimas não procuraram a Justiça. Em anos anteriores, esse número chegou a oito por ano. Isso mostra que as medidas protetivas efetivamente têm protegido nossas mulheres. É preciso incentivar a mulher a pedir proteção e denunciar. Ela precisa saber que pode contar com todos nós. Pode contar com um Poder Judiciário que vai atuar de forma rápida”, salientou.

O presidente da subseção local OAB-GO, Alessandro Gil Moraes Ribeiro, também elogiou a atuação das magistradas e magistrados que atuam na comarca. “O Judiciário de Rio Verde trabalha de forma célere. Nos casos de violência doméstica é exigido também uma pronta atuação do Judiciário e aqui não há demora”, enfatizou. “Parabenizo o TJGO pela iniciativa em dar continuidade ao programa ‘Justiça pela Paz em Casa’, mobilização que propõe esforços concentrados para julgamentos e celeridade processual das ações envolvendo a violência contra a mulher e o feminicídio”, completou.

Também advogada na comarca e presidente da Comissão da OAB local do Projeto Educação e Justiça, Luzana Goulart Morais afirmou a importância em unir forças para sensibilizar e envolver todos no engajamento pelo fim da violência contra a mulher. “Teremos como resultado uma mulher mais consciente dos seus direitos e fortalecida para romper o ciclo da violência. Precisamos sensibilizar e conscientizar a população quanto a isso”,



Fórum Ricardo Campos - Rio Verde - GO

CONVITE

Paz em Casa
Programa de Justiça pela Paz em Casa

20ª SEMANA DA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA
7 A 11 DE MARÇO DE 2022

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, Desembargador Carlos Alberto Fátima, e Coordenador Geral do Coordenadoria Estadual de Justiça em Situação de Vulnerabilidade Social e Humana, Desembargador Sandro Regina Teixeira Reis e o Coordenador de Atendimento, Juiz de Direito Vilmar Lombardi Soares Junior, têm a honra de convidar os juizes e magistrados do Poder Judiciário de Goiás para a realização do evento da 20ª Semana da Justiça pela Paz em Casa.

INSCRIÇÃO DE INTERESSE:

Seja você juiz, promotor ou advogado, venha participar e contribuir com sua experiência e saber.

Participação Gratuita (Cada vez Mais perto)

Local: Fórum Judiciário, Sala de Eventos, Fórum do Estado de Goiás, nº 8.071

Data: 07 de março de 2022

Horário: 9h às 18h

Paz em Casa

PROGRAMAÇÃO
20ª SEMANA DA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA
07 A 11 DE MARÇO DE 2022

NÃO SE CALE

07 DE MARÇO (SEXTA-FEIRA)

08 DE MARÇO (SÁBADO)

09 DE MARÇO (DOMINGO)

10 DE MARÇO (SEGUNDA-FEIRA)

11 DE MARÇO (TERÇA-FEIRA)

PROGRAMAÇÃO 20ª SEMANA DA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA

07 DE MARÇO | TERÇA-FEIRA

Horário: 10h

Temas: **SEGURANÇA JURÍDICA DO SISTEMA CARCERÁRIO DO BRASIL: DESAFIOS E SOLUÇÕES**

Participantes: **ANDRÉIA FERREIRA** (Coordenadora de Atendimento do Poder Judiciário do Estado de Goiás)

Local: Fórum Judiciário, Sala de Eventos, Fórum do Estado de Goiás, nº 8.071

Horário de inscrição: 08h às 18h

PROGRAMAÇÃO 20ª SEMANA DA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA

08 DE MARÇO | SÁBADO

Horário: 10h

Temas: **CONSTITUCIONALIZAÇÃO DE PRONTO ATENDIMENTO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E HUMANA**

Participantes: **ANDRÉIA FERREIRA** (Coordenadora de Atendimento do Poder Judiciário do Estado de Goiás), **ANDRÉIA FERREIRA** (Coordenadora de Atendimento do Poder Judiciário do Estado de Goiás), **ANDRÉIA FERREIRA** (Coordenadora de Atendimento do Poder Judiciário do Estado de Goiás)

Local: Fórum Judiciário, Sala de Eventos, Fórum do Estado de Goiás, nº 8.071

Horário de inscrição: 08h às 18h

PROGRAMAÇÃO 20ª SEMANA DA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA

09 DE MARÇO | DOMINGO

Horário: 10h

Temas: **SEGURANÇA JURÍDICA DO SISTEMA CARCERÁRIO DO BRASIL: DESAFIOS E SOLUÇÕES**

Participantes: **ANDRÉIA FERREIRA** (Coordenadora de Atendimento do Poder Judiciário do Estado de Goiás)

Local: Fórum Judiciário, Sala de Eventos, Fórum do Estado de Goiás, nº 8.071

Horário de inscrição: 08h às 18h

PROGRAMAÇÃO 20ª SEMANA DA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA

10 DE MARÇO | SEGUNDA-FEIRA

Horário: 10h

Temas: **SEGURANÇA JURÍDICA DO SISTEMA CARCERÁRIO DO BRASIL: DESAFIOS E SOLUÇÕES**

Participantes: **ANDRÉIA FERREIRA** (Coordenadora de Atendimento do Poder Judiciário do Estado de Goiás)

Local: Fórum Judiciário, Sala de Eventos, Fórum do Estado de Goiás, nº 8.071

Horário de inscrição: 08h às 18h

PROGRAMAÇÃO 20ª SEMANA DA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA

11 DE MARÇO | TERÇA-FEIRA

Horário: 10h

Temas: **SEGURANÇA JURÍDICA DO SISTEMA CARCERÁRIO DO BRASIL: DESAFIOS E SOLUÇÕES**

Participantes: **ANDRÉIA FERREIRA** (Coordenadora de Atendimento do Poder Judiciário do Estado de Goiás)

Local: Fórum Judiciário, Sala de Eventos, Fórum do Estado de Goiás, nº 8.071

Horário de inscrição: 08h às 18h

Realização



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

